

20 PROPOSTAS JOVENS PARA PORTUGAL

Um projecto de presente e com futuro

O Conselho Nacional de Juventude - plataforma representativa de organizações de juventude de âmbito nacional - tem por principal missão defender e promover os interesses dos jovens. Nesse âmbito, tem, desde 1985, procurado desenvolver iniciativas que promovam a participação dos jovens, contribuam para a sua formação, desenvolvam o seu espírito crítico e os projecte para o futuro que a eles, a nós, pertence. O acompanhamento das políticas desenvolvidas - designadamente nacionais e europeias - que afectam diariamente o quotidiano dos jovens e a formulação de opiniões, críticas, sugestões, propostas por parte do CNJ tem sido por isso e também uma constante. É no conjugar destas duas importantes vertentes de acção que o CNJ desenvolveu vários e amplos processos de consulta e de envolvimento de jovens de todo o país e de diferentes contextos económico-sociais e culturais. São exemplo, as iniciativas inseridas no âmbito da Semana Europeia de Juventude, o I Fórum Nacional de Jovens Descendentes de Imigrantes e da Diáspora Africana, o XI Encontro Nacional de Juventude ou ainda o projecto Agenda Jovem, processo participativo através das novas tecnologias fomentando, assim, a democracia electrónica (www.agendajovem.com). Estas iniciativas, para referir apenas as desenvolvidas no último ano, visavam perceber, mapear as necessidades, preocupações, expectativas e propostas da juventude e com elas marcar a(s) agenda(s) pública(s) e política(s).

Aprofundar a cidadania social, política e cultural, criando espaços onde os jovens e as organizações de juventude possam contribuir para o desenvolvimento das futuras políticas de juventude é não só uma prioridade para o CNJ como constitui, a nosso ver, um imperativo, nomeadamente no contexto de crise(s) em que vivemos. Com efeito, sabemos que esta afecta com particular incidência e com os problemas que lhe estão associados - desemprego, precariedade, pobreza - os jovens, tendendo a comprometer seriamente uma efectiva emancipação juvenil.

Vivemos actualmente um paradoxo: a mesma geração que possui, hoje, o maior potencial para combater a crise e contribuir para o crescimento e desenvolvimento do país, é, possivelmente, a geração que mais sofre os seus efeitos. Somos a geração com as maiores qualificações de sempre em Portugal, estamos familiarizados com as novas tecnologias, somos criativos, abertos à mobilidade, à mudança e a novos desafios e oportunidades. Não podemos, Portugal não pode, correr o risco de “perder esta geração” e o seu potencial, pois isso terá, indubitavelmente, efeitos negativos de longo prazo quando um importante e efectivo investimento na juventude é crucial para uma retoma consolidada de médio e longo prazo.

Num momento em que ocorrerão, nas próximas semanas, dois actos eleitorais - as eleições autárquicas e legislativas - momentos chave para sociedades democráticas e que devem servir para fazer o balanço das políticas desenvolvidas e reflectir sobre o futuro das mesmas, o CNJ propôs-se, com base nos vários processos de consulta, construir uma agenda de e para a juventude, integrada num projecto mais amplo de sociedade, alicerçado nos valores da democracia, da paz, da solidariedade, da sustentabilidade, da igualdade, dos direitos humanos e da liberdade.

Esta Agenda Jovem materializa-se em 20 Propostas Jovens para Portugal que apresentamos de seguida. “Jovens” porque foram pensadas e formuladas por jovens mas também porque muitas delas ainda foram pouco “exploradas”, maturadas por parte dos decisores políticos que podem, acolhendo-as, ajudar ao seu desenvolvimento de modo a que estas se “emancipem” e vinguem na nossa sociedade. Por esse motivo, queremos que estas 20 propostas sejam subscritas pelos responsáveis políticos, designadamente os que concorrerem às eleições legislativas e independentemente da sua filiação político-partidária - dado este ser um projecto que se quer aglutinador em volta de um bem maior – afirmando, assim, o seu compromisso de responder aos anseios da juventude e de a ter como pilar de desenvolvimento.

1) No âmbito da sua proposta, em discussão, para um novo quadro de cooperação europeia em matéria de juventude - a ser aprovado em Novembro – a Comissão Europeia realça no documento intitulado *Uma Estratégia da UE para a Juventude - Investir e Mobilizar* algo que o CNJ vem defendendo há bastante tempo: **a adopção de uma abordagem trans-sectorial assegurando a transversalidade das políticas de e para a juventude**. Os problemas que afectam a juventude exigem que a sua abordagem política seja trans-sectorial. **A política de juventude não pode evoluir sem a concertação efectiva com outros sectores**. Por sua vez, as políticas de juventude podem contribuir para obter resultados em áreas tão diversas como a política da criança e da família, a educação, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, o emprego, a habitação, a saúde, o ambiente, entre outras. Pensar e adoptar um **Quadro estratégico para a juventude de longo prazo - assegurando a sua transversalidade em todas as áreas - em que sejam definidas prioridades a curto e médio prazo e a ser regularmente avaliada é, quanto a nós, uma necessidade**. De modo a assegurar essa abordagem trans-sectorial e que a dimensão da juventude esteja presente nas várias políticas desenvolvidas propomos que sejam designados (à semelhança dos conselheiros para a igualdade) **Conselheiros para a Juventude em todos os ministérios**.

2) Assegurar e fomentar um efectivo e permanente **diálogo estruturado** entre os decisores políticos, as organizações de juventude e os jovens em geral. Nesse campo, **a efectivação dos Conselhos Municipais de Juventude em todos os municípios e a criação dos Conselhos Regionais de Juventude** seriam medidas de particular relevância. O pleno funcionamento destes **mecanismos de co-gestão** representariam uma efectiva contribuição para a democracia participativa e para uma democracia mais qualificada.

3) **O ciclo temático do diálogo estruturado incidirá em 2010, sob proposta da Comissão Europeia, sobre o emprego dos jovens**. Ora, tendo em conta as inúmeras dificuldades mas também oportunidades que se colocam aos jovens no contexto de crise em que vivemos e que, em 2010, Portugal terá um Executivo recentemente eleito, **propomos que no primeiro trimestre de 2010, seja promovido/iniciado um amplo e alargado processo de concertação social sobre emancipação juvenil**. Os actores desta concertação seriam os principais vectores do chamado “triângulo” das políticas de juventude – **organizações de juventude, investigadores/especialistas em questões juvenis e decisores políticos**. Juntos teriam por missão propor medidas concretas para permitir e fomentar a emancipação juvenil, centrando a discussão sobre emprego e habitação. **Propomos, neste sentido, um Pacto de Regime pela emancipação juvenil**.

4) O combate ao desemprego juvenil, à precariedade, e a complexos e demorados processos de transição entre as instituições de ensino e o mercado de trabalho deve ser uma prioridade através, nomeadamente, da implementação de políticas activas de emprego, do estímulo e apoio ao empreendedorismo e da aposta na formação ao longo da vida.

Inseridos nesta estratégia, julgamos que a **aposta nos estágios profissionais de 12 meses, assegurando o direito a férias remuneradas em todos os seus programas, deve continuar.**

Para além do mais, propomos um programa específico, com condições mais vantajosas e um maior alcance, para estágios e emprego em organizações de juventude, sob o nome “INOV YOUTH WORK”.

Este programa inovador iria ao encontro de uma das prioridades do documento *Uma Estratégia da UE para a Juventude – Investir e Mobilizar* apresentado pela Comissão Europeia: a conceptualização e a aposta no “Youth Work”, entendido como o trabalho efectuado com jovens (ou animação socioeducativa). Com efeito, na secção 4.3 – *Um novo papel do trabalho de animação socioeducativa* - da supra-referida proposta pode ler-se:

Forma de educação realizada fora da escola por profissionais ou voluntários no contexto de organizações de juventude, entidades autárquicas, centros de juventude e paróquias, que contribui para o desenvolvimento dos jovens. Juntamente com as famílias e outros profissionais, o trabalho de animação socioeducativa pode ajudar a lidar com o desemprego, o insucesso escolar e a exclusão social (...). Além disso, também é um modo de angariar competências e ajudar a transição para a vida adulta. (...) Este trabalho precisa de ser mais profissionalizado (2009:12).

Este novo programa seria não só uma política activa de emprego como um importante mecanismo de criação de capital social, traduzido através do fortalecimento das organizações de juventude e da consolidação de um tecido associativo juvenil qualificado e capaz de cumprir a sua missão de promotor de educação popular, de coesão social, de lazer e tempos livres.

5) No campo da habitação, propomos o reforço dos apoios quer ao arrendamento quer à compra de casa por parte de jovens. Concretamente, promovendo uma efectiva política de habitação a custos controlados; criando uma linha de crédito bonificado para compra de casa; promovendo a construção de habitação social, as cooperativas de habitação e reforçando e alargando o programa Porta 65 a jovens até aos 35 anos.

6) Facilitar a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional apostando numa rede pública de equipamentos e serviços sociais de proximidade. Isto revela-se de particular importância para um número crescente de casais jovens que, designadamente por motivos profissionais, são levados a deslocarem-se das suas residências de origem e a instalarem-se em localidades em que não têm o apoio das suas famílias. Paralelamente, **apelar à responsabilidade social das empresas** nesta matéria (existência de equipamentos, serviços e/ou flexibilidade em termos de horário de trabalho) e **prever benefícios fiscais ou outros a empresas/entidades que tenham boas práticas** no que à conciliação se refere.

7) **Apoiar e estimular o empreendedorismo social e o cooperativismo por parte dos jovens**, dado o sector da chamada economia social ser um sector em desenvolvimento, com forte propensão **para a criação de emprego e a criação de capital humano e social**.

8) Na área da educação, o **combate ao insucesso e ao abandono escolar - em todos os níveis de ensino – deve ser uma prioridade. Promover o acesso e a frequência no ensino superior**, designadamente **procurando baixar os custos directos e indirectos que o seu acesso e a sua frequência acarretam** é uma das medidas que, na nossa opinião, deve ser desenvolvida. O **reforço da acção social escolar** nos vários subsistemas e níveis de ensino e **a gratuidade dos manuais escolares – através de um sistema de empréstimos de manuais - durante os anos da escolaridade obrigatória** são outras das nossas propostas. Para além do mais, é **imperioso assegurar uma efectiva representatividade dos estudantes nos órgãos de gestão das instituições de ensino**.

9) Atender à situação e às necessidades específicas dos **trabalhadores-estudantes e dos estudantes-trabalhadores**. Propomos, nomeadamente, **o alargamento da oferta de ensino nocturno**. Acreditamos que este investimento é nuclear no processo de educação ao longo da vida e um vector chave para o processo de economia do conhecimento.

10) Criar e implementar uma disciplina de **Educação para a Cidadania no 2º ciclo do básico e no secundário**, a ser integrada no plano curricular e sem prejuízo desta temática poder ser abordada, paralelamente, de forma transversal.¹ Complementarmente a esta disciplina propomos o **aprofundamento de processos participativos no seio da escola** em que os jovens sejam envolvidos **através, designadamente, de técnicas e de metodologias de Educação Não Formal (ENF), das novas tecnologias de informação**, como por exemplo o projecto República 2.0 explicitado mais à frente, **e de uma vida pública mais co-gestionada e participativa tendo os jovens com centro e como solução na vida da escola**.

11) A Educação não pode, ou não deve, restringir-se ao sistema formal de ensino, ela extravasa as paredes de uma sala de aula e acontece nos mais variados sítios. A **Educação Não Formal** é uma importante, e particularmente eficaz, **metodologia de transmissão de saberes, conceitos, conhecimentos e práticas alicerçada em actividades lúdico-pedagógicas e métodos não formais de aprendizagem perante a qual os jovens têm demonstrado particular agrado e apetência e com a qual eles interagem diariamente através de associações, organizações, campos de férias, e demais. Ela deve, por isso, ser reconhecida e valorizada**.

Consideramos acima de tudo que, neste campo, **deve ser conceptualizada uma efectiva e integrada política de lazer(es) e tempos livres**.

¹ Disciplina em que poderiam ser abordadas diversas temáticas como por exemplo: a Europa e as instituições europeias, participação e cidadania, igualdade(s), combate ao sexismo e à homofobia, desenvolvimento sustentável e educação ambiental, diálogo intercultural etc. Acima de tudo, a criação de uma disciplina desta natureza visa sensibilizar os jovens para os valores éticos da cidadania – a liberdade, a autonomia, a responsabilidade e a solidariedade -, dotá-los de conhecimentos sobre o funcionamento das instituições nacionais e europeias, debaterem temas da actualidade e do interesse geral e desenvolver o seu espírito crítico mas democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos.

12) Combater todas as formas de discriminação **apostando na inclusão e no aprofundamento do Mainstreaming de Igualdade em todas as políticas públicas e no associativismo juvenil e promover a afirmação e uma representação efectiva das mulheres e dos grupos minoritários**, nomeadamente as minorias étnicas, **nas estruturas políticas nacionais**. Uma sociedade mais diversa com todos e para todos torna a nossa democracia mais efectiva e mais representativa.

13) Procurar **assegurar a plena participação da juventude na sociedade, aumentando a sua intervenção na vida cívica das comunidades locais e na democracia representativa; apoiando as suas organizações bem como outras formas de «aprender a participar», encorajando a participação dos jovens não organizados e prestando serviços informativos de qualidade.**

Simultaneamente, promover a capacitação e o empoderamento de todos os jovens em particular dos jovens com menos oportunidades.² Neste campo, os chamados “youth workers” – trabalhadores com jovens ou animadores sócio-educativos/dinamizadores comunitários - têm desenvolvido um trabalho com muitas potencialidades, alicerçado em projectos em que os jovens são os actores, onde são usados métodos e técnicas de ENF e em que a arte, a cultura e as novas tecnologias de informação são instrumentos centrais. O reforço da coesão social e a diminuição das vulnerabilidades, numa perspectiva de melhorar a segurança humana, são alguns dos seus principais, e muito positivos, efeitos. **Investir na profissionalização destes trabalhadores com jovens seria, por estes motivos, uma medida com particular alcance.**

14) **Reforçar o apoio financeiro e político ao associativismo juvenil e procurar simplificar/ desburocratizar os processos de constituição e de gestão de uma associação** (designadamente no acesso a financiamentos).

Para além do mais, no que concerne **ao voluntariado jovem, propomos que sejam dadas mais oportunidades de voluntariado na(s) comunidade(s) locais ou em organizações aos jovens e que sejam eliminadas barreiras para facilitar procedimentos**. Acresce a isto a importância de sensibilizar para o valor do voluntariado, de reconhecer as suas potencialidades como forma de Educação Não Formal e de reforçar a mobilidade transfronteiriça dos jovens voluntários.

15) No Ano Europeu da Criatividade e da Inovação, é fundamental **promover o acesso à cultura e às artes por parte dos jovens; apostar na formação de novos públicos, estimular a criatividade - no sentido lato – da juventude e a criação artística e cultural em particular, proporcionado o surgimento de novos talentos**. Nesse campo, **investir na profissionalização do sector artístico apoiando, designadamente, os artistas em início de carreira; apoiar as organizações de juventude e culturais no estabelecimento de programas bilaterais ou multilaterais de mobilidade com organizações estrangeiras**, incentivando assim o conhecimento mútuo, a troca de experiências e a mobilidade jovem e **continuar, reforçando e desenvolvendo, a Mostra de Jovens Criadores e a Mostra de Jovens Criadores da CPLP**, são propostas concretas que devem, a nosso ver, merecer toda a atenção. Estes seriam passos seguros **no fortalecimento das competências criativas**, tão importantes para o

² Jovens de minorias étnicas, jovens imigrantes ou filhos de imigrantes, jovens portadores de deficiência, jovens com carências económicas e/ou sociais, jovens com problemas de integração.

desenvolvimento pessoal e social dos jovens assim como para o desenvolvimento empresarial e a inovação tecnológica, rumo à economia do conhecimento.

16) Sensibilizar os jovens, através de campanhas de informação e outras iniciativas, **de forma participada e dinâmica, tendo como vector a educação entre pares**, sobre a importância de utilizarem meios contraceptivos, prevenir IST's e evitar práticas e comportamentos de riscos. Paralelamente, **disponibilizar gratuitamente os meios contraceptivos nos gabinetes de saúde criados no âmbito da lei sobre educação sexual nas escolas, bem como os meios contraceptivos de emergência em todos os estabelecimentos de saúde públicos.**

17) Sensibilizar, informar e capacitar os jovens sobre a importância de adoptarem e promoverem **estilos de vida saudáveis**. Para esse efeito **a colocação de (jovens) profissionais de saúde qualificados, na área da dietética e nutrição, em todas as escolas/agrupamentos de escolas seria uma medida importante. Refira-se a esse respeito que a saúde deve ser promovida de forma integrada, planeada e sistemática.** Para este efeito e para combater o sedentarismo a aposta no **desporto escolar** – e de forma mais geral na prática desportiva - criando as condições (em termos de equipamentos e recursos humanos, entre outros) para a generalização da prática de desporto **no seio ou através da escola.**

18) As sociedades em que vivemos confrontam-se hoje com vários e complexos desafios. Um deles, possivelmente o maior, é manifestamente o da sustentabilidade do planeta. **Caminhar rumo a um desenvolvimento sustentável** pressupõe um compromisso colectivo em aprender com os erros do passado e agir no presente pensando no futuro para cuidar do nosso planeta e contribuir para a mudança. Ora, **a educação ambiental** assume aqui um papel de particular relevo na execução desse compromisso. Através dela, e do envolvimento de jovens, técnicos e professores num projecto colectivo de educação ambiental, é possível transmitir novos conhecimentos e aprendizagens e mudar comportamentos e hábitos. Por estes motivos, **propomos o apoio ao desenvolvimento de projectos formativos e/ou interventivos em educação ambiental.**

Nesta área, propomos igualmente **a promoção de modelos sustentáveis de consumo e de produção junto dos jovens (reciclagem, conservação energética, veículos híbridos, turismo sustentável, etc); uma maior divulgação junto da população em geral e dos jovens em particular dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e dos compromissos neles assumidos** assim como a **implementação generalizada de Agendas 21 Locais.**

19) As oportunidades existentes no **espaço da CPLP e no Espaço Ibero Americano**, ambos espaços em que Portugal se integra, devem ser maximizadas através do incentivo ao mútuo conhecimento, à troca de experiências, ao reforço dos laços. Para esse efeito, propomos a criação de **Bolsas Erasmus CPLP e Bolsas Erasmus ibero-americanas** assim como a **criação de “comunidades (virtuais) dentro da comunidade”, desenvolvendo as redes e plataformas virtuais nesses e entre esses espaços.**

A ratificação por parte de Portugal da Convenção Ibero-americana de juventude é outra das nossas propostas.

Só com o investimento num processo real de mobilidade e de conhecimento mútuo, podemos alcançar os objectivos de pertença a estas comunidades históricas e às oportunidades e desafios nacionais que delas emanam.

20) Por fim, a nossa última proposta incide sobre o aprofundamento **da democracia em que vivemos dando uma nova dimensão ao nosso sistema político, à República Portuguesa**. No ano 2010 celebrar-se-á o centenário da República Portuguesa, momento ideal para muni-la de uma nova exigência e ambição através do **Projecto República 2.0**. Este projecto pretende dotar de uma dimensão electrónica, da e-democracy, todos os órgãos de soberania de modo a que os/as cidadãos/ãs possam em permanência aceder às suas rotinas, discussões, reflexões, tendo sempre a possibilidade de dar os seus contributos e de interagir com os demais. Este projecto contribuiria de forma decisiva para a transparência e qualidade das nossas instituições.

Nessa linha, propomos igualmente a implementação do **voto electrónico**.

Estas são as nossas 20 Propostas Jovens para Portugal.

Porque a qualidade das democracias em que vivemos depende da participação activa de todos, na sua permanente e necessária reinvenção, jovens residentes em Portugal assumem desta forma, através do CNJ, os direitos e deveres que a sua qualidade de cidadãos e cidadãs lhes exige. A nossa inclusão, participação, plena autonomia e emancipação permitir-nos-á, enquanto agentes de mudança, sermos protagonistas do processo de retoma económica e de crescimento social, cultural e político, desafio que podemos, que queremos assumir!

Contribuímos desta forma para as comemorações do Centenário da República, trazendo para a Praça pública o dinamismo, a força, e a(s) identidade(s) da juventude que sempre transformou Portugal, honrando a sua memória, a sua história e desenhando o seu futuro.

Hoje mais do que nunca. Em tempos de crise, Acreditem e Invistam na juventude! Mobilizem os jovens!

CNJ
Setembro 2009